O caminho é aprofundar a democracia

A criação de um Conselho Administrativo, em que fosse possível descentralizar as decisões, seria um passo concreto para democratizar as relações de trabalho no interior da UFRJ

A diretoria do SINTUFRJ quando decidiu pautar um balanço dos primeiros dois anos da gestão do reitor Aloísio Teixeira, o fez com o intuito de poder contribuir para uma reflexão coletiva sobre os rumos de nossa universidade. Quer-se intervir, de forma a aperfeiçoar o espaço democrático numa instituição pública, como a UFRJ. Neste sentido, é importante o destaque para pontos positivo e negativo.

Nossa universidade, desde a década de 80, quando lutávamos por liberdades democráticas, e conquistamos a eleição direta de nossos dirigentes, vive conflitos que determinam a vida institucional. A polarização de grupos sempre existiu e permeia, ainda, a vida institucional. A imposição de Vilhena foi o ponto alto desta disputa.

Não são apenas projetos pessoais ou de grupos, mas, principalmente, de visão de universidade e do papel das instituições públicas, que estão em jogo. Em 2002, a eleição de Carlos Lessa representou a composição de diversos grupos na tentativa de reconstituir o tecido social esgarçado que paralisou a vida institucional. Uma UFRJ onde se multiplicaram o número de fundações, de contratação de terceirizados, de autoritarismo e de ausência de vida democrática, com o esvaziamento das instâncias colegiadas – dos departamentos aos colegiados superiores. A saída de Lessa trouxe de novo a insegurança e os conflitos à tona. A eleição de Aloísio Teixeira, permeada por estes conflitos, em seu projeto de querer dar continuidade a um processo de reunificação institucional, esbarra cotidianamente nos embates da UFRJ.

NCE. Reitor foi defender o seu projeto de separação do Núcleo

Raízes do conflito

Há os que desejam uma instituição calcada na meritocracia, em que apenas alguns "eleitos" podem decidir e, portanto, são estes que votam e recebem os recursos – mesmo que já aposentados; e os que querem uma instituição transparente e democrática, em que seus rumos devem ser decididos por todos aqueles que contribuem para a sua existência.

Sem estarmos sendo simplistas, esta é a raiz de muitos dos problemas de gestão institucional que continuamos a viver na universidade. O retorno a uma vida institucional, com os órgãos colegiados retomando suas funções de deliberação, e que o mesmo se dê também nas unidades, e o papel fundamental da participação crítica dos estudantes, trouxe à tona o quanto se deteriorou nossa universidade nestes anos. É evidente que a falta de recursos financeiros e humanos, aposentadorias e PDVs, e políticas deliberadas do governo FHC, e ainda mantidas no governo Lula, de concentração de recursos na mão de indivíduos, e não da instituição (caso da pesquisa), e de poder (70% para docentes), foram fundamentais para o aprofundamento deste quadro. A questão é como superá-lo, se o que desejamos é retomar o papel da UFRJ como centro de excelência de ensino, pesquisa e extensão pública e o de democratizar seu acesso para a sociedade que a sustenta.

Restabelecer um clima de paz, como afirma o reitor, não pode significar assentar problemas, e não enfrentar os conflitos, mantendo sua origem. Interromper, ou adiar por tempo indeterminado, processos democráticos de disputa nas unidades, com saídas salomônicas, indicando *pro tempores* "consensuados" entre o corpo docente, não contribui para a resolução dos conflitos. O debate aberto com a participação direta de toda a comunidade universitária é vital para a oxigenação da UFRJ, mas não é isto que estamos assistindo.

A iniciativa da Reitoria de fazer a "Reitoria Itinerante", até pelo seu papel oficial e pela estrutura de poder preponderante ainda existente, tem sido recebida pelo conjunto dos técnicos-administrativos como um espaço para ouvir o que a Reitoria quer fazer, e não como a abertura de um processo de participação democrática para que todos possam opinar e, também, decidir. As congregações ainda estão longe de representarem um espaço democrático de discussão, no qual tanto os técnicos-administrativos quanto os estudantes se sintam alijados do debate e acabem não vendo a importância na participação nestes colegiados.

Fotos: Niko Júnior

UFRJ. Há os que desejam instituição calcada na meritocracia. E os que querem uma instituição transparente e democrática, em que os rumos sejam decididos por todos

Que clima de paz?

As grandes políticas são discutidas no Fórum de Diretores, Decanos e Reitoria, onde mais uma vez se exclui parte fundamental da comunidade universitária. Em qual espaço poderemos travar o debate quando um diretor de unidade tem o pleno poder de colocar à disposição um técnico-administrativo, sem precisar sequer da aprovação numa instância colegiada? Como questionar espaços insalubres e autoritários quando o próprio setor sequer foi aprovado nas instâncias colegiadas da unidade? Pode ser que o aparente "clima de paz" esteja presente no âmbito do corpo docente, mas definitivamente não está no corpo técnico-administrativo. Não passou despercebido pela diretoria do SINTUFRJ o fato de vários docentes e técnicos-administrativos convidados a se pronunciarem sobre este pequeno balanço se recusarem a fazê-lo.

Alguns pontos específicos

Não temos dúvidas de que a gestão de Aloísio Teixeira tem – nos propiciado um espaço de diálogo nas questões ligadas às ações judiciais, com posicionamentos firmes e até bastante corajosos, como a extensão dos 26%, o encaminhamento dos 28,86%, dos NES – apesar da morosidade, dos 3,17%, da implantação do Plano de Carreira. Assim como várias questões pendentes da vida dos técnicos-administrativos, em que o Gabinete do Reitor e a PR-4, através das várias divisões, têm colaborado na resolução dos mesmos.

No âmbito acadêmico, em que há estrutura colegiada, a representação dos técnicos-administrativos tem participado de várias comissões instituídas e atuado na busca de conquistas como a orientação dos técnicos em projetos de pesquisa, a alocação de concursados para as secretarias acadêmicas, entre outras. Várias iniciativas como o bandejão, a segurança e urbanização no *campus* do Fundão, construção de novas salas de aula na Praia Vermelha, apoio à criação de novos cursos e ampliação da atuação da UFRJ no estado, são positivas e devem ser fortalecidas.

NCE ameaçado

Entretanto, as tensões continuam presentes principalmente nas unidades em que a saída pelos "*pro tempores*" foi adotada e onde a relação autoritária ainda persiste. A Reitoria afirma querer um "projeto acadêmico" para o Hesfa, Neurologia e NCE, mas, pela forma adotada e pronunciamentos, acaba por estabelecer qual o "projeto" que quer que seja apresentado. No caso do NCE, é inaceitável para o corpo técnico-administrativo separar a pesquisa, o ensino e a prestação de serviços, e retirar de nossa categoria esta conquista, em que prova a capacidade de uma unidade de funcionários, dirigida por funcionários, ter alcançado o grau de reconhecimento público que tem.

Sem dúvidas o NCE tem que crescer, como um todo, e não ser mais uma divisão subordinada a reitorias. Implementar ações, em função do que a Reitoria quer, transformando em fato consumado, não contribui para a construção de saídas coletivas e põe por terra a idéia de que as soluções serão construídas coletivamente. Na hierarquia vigente, quando o reitor diz que quer a divisão de um órgão, mesmo sem já estar decidindo, acaba por determiná-lo, assim como quando não é enfático em defender a paridade, por exemplo, nas eleições para o HUCFF, acaba por permitir a exclusão. Outro aspecto que interfere no ambiente das unidades é a disparidade de tratamento entre os servidores públicos federais da UFRJ. Enquanto não há um controle sobre o exercício das funções docentes, havendo aqueles que se dedicam completamente à instituição, há, porém, uma parte que não só não se dedica, como ainda se utiliza da instituição para auferir financiamentos, complementações e contratando prestadores de serviço com salários diferenciados dos nossos, sem existir uma real cobrança no cumprimento das atividades acadêmicas.

Descentralizar decisões

A Faculdade de Direito talvez seja o exemplo mais gritante e extremo, em que a intervenção da Reitoria, e depois a nomeação do *pro tempores*, tem trazido resultados bastante positivos, mas ainda persistindo a incapacidade de punir os que se recusam a trabalhar. Para os técnicos-administrativos que se contrapõem, como na Música e no Pólo Náutico, resta a disponibilidade na PR-4. Não concordamos que os problemas no Direito, na Música, na Comunicação e no Pólo Náutico são apenas de ordem interna, todos, sem exceção, são expressões da informalidade, da falta de deliberação colegiada, objetivamente, da falta de uma gestão democrática.

Uma outra realidade que se apresenta cada vez mais freqüente é a existência de prestadores de serviços ocupando cargos de chefia, com poder de determinar a vida funcional dos servidores da Universidade, pois também passaram a ter o poder de fazer as avaliações que determinam nossas progressões. O agravante disto é que, lamentavelmente, muitos se utilizam destes postos para subjugar servidores de carreira, que dedicaram parte de sua vida na construção da Universidade.

Na retórica a Reitoria se posiciona contrária ao assédio moral a que os técnicos-administrativos são expostos cotidianamente em seu local de trabalho, uma realidade crescente em nossa categoria. Porém, nenhuma medida concreta é encaminhada para mudar esta realidade. A criação de um Conselho Administrativo, em que fosse possível descentralizar as decisões, com certeza seria um passo concreto no sentido de democratizar as relações de trabalho no interior da UFRJ.

RECUPERAÇÃO. Unidade em processo de reconstrução